

a resposta à acusação
como instrumento da
reação defensiva

Cristiano Barros



a resposta à acusação
como instrumento da
reação defensiva

Cristiano Barros



a resposta à acusação
como instrumento da
reação defensiva

Cristiano Barros



Copyright © 2018, D'Plácido Editora.
Copyright © 2018, *Cristiano Barros*.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco
Capa, projeto gráfico
Leticia Robini

Diagramação
Bárbara Rodrigues

Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843, Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 31 3261 2801
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,
por quaisquer meios, sem a autorização prévia
do Grupo D'Plácido.

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

BARROS, Cristiano.

A Resposta à acusação como instrumento da reação defensiva — Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018.

Bibliografia.
ISBN: 978-85-8425-938-0

1. Direito. 2. Direito Penal. Título.

CDU343

CDD341.5

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



Agradecimentos

Nenhuma obra nasce somente do trabalho do autor. Baseia-se, em parte, no conteúdo técnico mencionado no corpo do trabalho cuja própria relevância vem da citação, seja para concordar ou criticar, mas sempre tendo por objetivo o contínuo desenvolvimento do direito. Outra parte vem do apoio demonstrado por diversas pessoas ao longo da elaboração da obra. Lanço, aqui, alguns desses especiais agradecimentos.

Em primeiro lugar à minha esposa Márcia pelo apoio incondicional, paciência e pelas palavras experientes de quem já percorreu o caminho que eu estava a trilhar. À minha *filhoca* Sofia por compreender e tolerar, com a engenhosidade peculiar à infância, a “difícil lição de casa que o papai tem que fazer”.

Aos meus pais, Ciza e Eugenio, por terem me conduzido até aqui, sempre prontos a prestarem auxílio. Também à dona Dina por, mais de uma vez, ter contribuído com sua presença e cuidado em momentos difíceis. Aos meus irmãos, Gabriel e João Marcos, pela constante torcida.

Ao Professor Antonio Scarance Fernandes que, além da firmeza, consistência e cuidado na orientação, franqueou-me, em 2011, com clareza e elegância, o caminho para o acesso ao curso de Pós-Graduação.

Aos Professores Maurício Zanoide de Moraes, Gustavo Badaró e Marta Saad cuja atuação em momento delicado permitiu a qualificação do presente trabalho.

Aos amigos Daniel Castilho e Ronan Panzarini, pelo apoio e atuação no escritório nas minhas necessárias ausências. Ao Rogério Cury e à Daniela Cury por terem me acolhido e compartilhado o início de tudo. Aos meus amigos, cujo convívio em momentos importantes não foi possível.

Sumário

Nota à 1ª Edição	11
Introdução	13
I. Substrato Epistemológico e Premissas Conceituais	15
1.1. Tema, método e objeto.....	15
1.2. Finalidades do Processo Penal.....	20
1.3. Efetividade, eficiência e eficácia.....	28
1.3.1. Efetividade.....	28
1.3.2. Eficiência.....	30
1.3.3. Eficácia.....	31
1.3.4. Eficiência, efetividade e eficácia.....	32
1.4. Garantismo em Ferrajoli.....	33
1.4.1. Garantismo como modelo normativo de direito.....	33
1.4.2. Garantismo como teoria jurídica da validade e da efetividade das normas.....	36
1.4.3. Garantismo como filosofia do direito e crítica da política.....	38

1.5. Reação defensiva e Garantismo	39
2. Ação, Reação e Resposta à Acusação.....	43
2.1. Evolução do conceito de ação	44
2.2. O direito de defesa como categoria constitucional fundamental do direito processual.....	48
2.2.1. A evolução constitucional brasileira do direito de defesa.....	51
2.2.2. A evolução infraconstitucional da reação defensiva contra a acusação.....	56
2.3. A Convenção Americana de Direitos Humanos	63
2.4. Ação e reação defensiva.....	69
2.5. O veículo por excelência da reação defensiva: a resposta à acusação.....	73
3. A Imputação no Processo Penal Como Requisito da Resposta à Acusação.....	79
3.1. A imputação em sentido amplo e em sentido estrito.....	84
3.2. Da terminologia atribuível ao imputado	87
3.3. Da atual posição de indiciado.....	94
3.4. O veículo por excelência da imputação: a denúncia	99
4. A estabilização da acusação como requisito para o desenvolvimento da reação defensiva. 13	
4.1. Princípio da eventualidade: origem e função	120
4.2. Eventualidade e preclusão.....	131
4.3. A eventualidade, o objeto do processo penal e a denúncia.....	134

4.4. O princípio da eventualidade e a estabilização objetiva da demanda.....	138
4.5. A estabilização objetiva da demanda e o aditamento.....	142
4.5.1. O aditamento da denúncia.....	145
4.5.2. Correção das formalidades não essenciais da acusação	146
4.5.3. Da mutatio libelli: alteração do objeto da denúncia.....	149
4.5.4. Da emendatio libelli.....	159
5. A resposta à acusação como garantia do devido processo legal	165
5.1. Da inépcia da denúncia.....	171
5.1.1. Segue: a análise da inépcia na resposta à acusação.....	172
5.2. Pressupostos processuais e condições da ação	179
5.2.1. Pressupostos Processuais	180
5.2.2. Condições da ação: possibilidade jurídica do pedido	182
5.2.3. Segue: interesse de agir	185
5.2.4. Segue: legitimidade ativa e passiva ou <i>legitimatío ad causam</i>	187
5.3. Segue: justa causa para ação penal.....	188
5.3.1. Da arguição da justa causa na resposta à acusação.....	192
5.3.2. Justa causa e exame pericial	193
5.3.3. O julgamento acerca das condições da ação	195
6. A resposta à acusação como instrumento para a discussão do mérito	201
6.2. Do momento de recebimento da denúncia	202

6.3. A resposta à acusação	
como veículo das exceções.....	208
6.3.1. Da citação e do prazo para resposta.....	218
6.3.2. Da obrigatória constituição de advogado para	
oferecimento da resposta e do prazo.....	221
6.3.3. Do conteúdo da ampla defesa e da	
inexigibilidade da defesa de mérito.....	224
6.4. Da discussão de mérito	227
6.4.1. Fatos extintivos, modificativos ou impeditivos	
do direito do autor.....	230
6.4.3. Existência manifesta de causa excludente da	
ilicitude, da culpabilidade e extinção	
da punibilidade.....	233
6.5. Reclassificação do fato após a resposta	
à acusação.....	237
6.6. Requerimentos probatórios	238
Conclusões.....	239

Índice Alfabético-Remissivo.....	247
---	------------

Referências bibliográficas.....	257
--	------------

Nota à 1ª Edição

A presente edição é fruto do texto da dissertação de mestrado defendida perante a banca examinadora na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Passados pouco mais de dois anos após a defesa, o gentil convite de Plácido Arraes, quando nos conhecemos no Seminário Internacional do IBCCRIM, levou-me a decidir pela publicação da versão defendida na Pós-graduação.

Creio ser importante que o resultado final do trabalho seja submetido ao crivo e dado ao conhecimento da comunidade jurídica, mormente na presente quadra em que grandes operações policiais e as acusações que lhes seguem colocam à prova o direito de defesa – cujo foco, na presente obra, situou-se na resposta à acusação.

São Paulo, agosto de 2018.

O Autor.

Introdução

A presente dissertação tem por objeto a resposta à acusação como instrumento da reação defensiva. Para o desenvolvimento do estudo, o *iter* escolhido foi exposto ao longo de seis capítulos.

O capítulo I desenvolve a terminologia e os fundamentos epistemológicos relativos à linha de pesquisa adotada. Nele serão estudados o garantismo, a eficiência, eficácia e efetividade e a relação desses conceitos com o processo penal, em especial a necessidade de equilíbrio entre garantismo e eficiência.

No capítulo II analisa-se o direito de ação e o direito de defesa. A opção metodológica é justificada pela relação de complementaridade existente entre os dois institutos. Ademais, busca-se com isso, destacar a paridade entre os institutos da ação, movimentada pela imputação, e a defesa, movimentada pelos instrumentos da reação defensiva, em especial a resposta à acusação. É traçado ainda um histórico da reação defensiva no direito brasileiro, tanto sob o aspecto constitucional quanto sob o aspecto legal. Analisa-se, também, as disposições referentes à defesa no Convenção Americana de Direitos Humanos, em especial seu artigo 8, *h*.

Os capítulos III, IV e V desenvolvem os desdobramentos dessa relação complementar e equânime entre ação e defesa, imputação e resposta à acusação.

O capítulo III estuda a imputação no processo penal brasileiro. Em especial discute-se o seu conceito e as qualidades necessárias ao regular desenvolvimento da narrativa fático-jurídica elaborada

pelo Ministério Público na denúncia como requisito ao exercício da resposta à acusação. Ademais, desenvolve-se os conceitos de indiciado, imputado e acusado, bem como os demais termos correlatos.

Por sua vez, no capítulo IV elabora-se a necessidade de estabilização da acusação para que a reação defensiva possa ser desenvolvida contra fatos claros, delimitados e corretamente baseados nos elementos de informação disponíveis para a acusação.

Por fim, os capítulos V e VI estudam aspectos distintos, mas inerentes à resposta à acusação como instrumento da reação defensiva. Três temas principais são tratados: (i) as condições da ação e dos pressupostos processuais no bojo da resposta à acusação; (ii) a resposta à acusação em relação à denúncia, suas características e requisitos; (iii) a resposta à acusação como instrumento da reação defensiva de mérito. Em suma, tratam da resposta à acusação como garantia do devido processo legal e como instrumento para a discussão do mérito.



A presente obra é fruto da dissertação de mestrado defendida na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Passados dois anos da defesa, o gentil convite de Plácido Arraes, quando nos conhecemos no Seminário Internacional do IBCCRIM, levou-me a decidir pela publicação. Creio ser importante que o resultado final do trabalho seja submetido ao crivo e dado ao conhecimento da comunidade jurídica, mormente na presente quadra em que grandes operações policiais e as acusações que lhes seguem colocam à prova o direito de defesa – cujo foco, na presente obra, situou-se na resposta à acusação.



ISBN 978-85-8425-938-0

